

**HELENA MARGARIDA MENDES<sup>1,2</sup>**  
**CATARINA OLIVEIRA<sup>2</sup>**  
**ANTÓNIO TEIXEIRA<sup>3,4</sup>**

<sup>1</sup>Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

<sup>2</sup>Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

<sup>3</sup>Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

<sup>4</sup>Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro

***PLE: UMA SIGLA***  
**PARA LER OU SOLETRAR?**

## Resumo

A existência de uma pesquisa multidisciplinar, que visa a elaboração de módulos para os diferentes níveis de análise linguística, para aplicação a um sintetizador articulatório, motivou-nos uma reflexão sobre a possibilidade de utilização das siglas/acrónimos, no ensino-aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE). Com este objectivo, foram constituídos dois *corpora*: o primeiro para aferir as dificuldades dos alunos no processo de oralização de siglas/acrónimos; o segundo para sistematizar algumas regras de modo a facilitar essa oralização. É este o tema que, seguidamente, desenvolveremos neste artigo, apresentando alguns resultados que, pela sua natureza, devem ser lidos como uma primeira abordagem sobre o assunto.

## Abstract

A multidisciplinary research geared towards creating modules for different levels of linguistic analysis to be applied to an articulation synthesiser, lead us to reflect on the possible usage of abbreviations/acronyms in the teaching and learning of Portuguese as a Foreign Language (PFL).

With this in mind, two main bodies were created: the first one to assess the difficulties in the saying of abbreviations/acronyms; the second one to establish a system to facilitate that process.

This is the subject we will now develop. We will show some results that, by their nature, should be interpreted as a first approach on this matter.

## Introdução

O uso generalizado de acrónimos e a sua contínua expansão não só em Português, como em várias outras línguas, motivou a corrente reflexão sobre o seu modo de oralização, por falantes nativos e estudantes de Português como Língua Estrangeira.

Usados para designar empresas, instituições e organismos públicos ou privados, conceitos científicos, clubes desportivos, sindicatos etc. (e.g. DHL, MP, FCP), alguns acrónimos adquiriram já valor legal e representam mesmo marcas registadas. Outros perderam o estatuto de acrónimos e já ninguém se recorda de alguma vez terem sido utilizados como tal: é o caso de LASER (*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*) ou RADAR (*Radio Detecting and Ranging*).

Se já na Antiguidade é possível atestar o uso de expressões como *SPQR* (*Senatus PopulusQue Romanus*), inscrição presente no estandarte das legiões romanas, INRI (*Jesus Nazarenius Rex Judeorum*) ou RIP (*Requiescat In Pace*), o advento da Internet trouxe a este campo (como a muitos outros campos, aliás) um enorme manancial de novas entidades: WWW, HTTP, HTML, VRML, ISP, ...

O acrónimo distingue-se da sigla no que diz respeito ao processo de formação e ao modo de realização oral. Enquanto aquele é formado por uma ou mais letras, sílabas ou até morfemas iniciais (Instituto Superior da Maija), a sigla inclui apenas a primeira letra do pequeno conjunto de signos que se pretende abreviar (Transportes Aéreos Portugueses). As siglas podem ser lidas ou soletradas, ao passo que os acrónimos são criados para serem lidos.

Uma vez que não existe consenso relativamente a estas definições e a tendência actual é tratar as siglas como acrónimos, não faremos qualquer distinção entre ambos.

Os acrónimos admitem diferentes formas de realização oral: podem ser lidos, como se de uma palavra se tratasse, ou soletrados. Os Italianos, tal como os Ingleses, preferem a primeira tendência (Mareuil e Floricic, 2001), ao passo que, no que diz respeito aos Franceses e Portugueses, a opção não é tão clara.

Perante estas possibilidades, um aluno de PLE, quando confrontado com a necessidade de oralização de um acrónimo, enfrentará certamente dificuldades que, numa primeira fase, tentámos aferir. Partindo do pressuposto que a pronúncia das siglas está intimamente relacionada com a estrutura silábica de cada língua, a maior ou menor facilidade que um aluno estrangeiro demonstra na sua oralização dependerá tanto do seu conhecimento das estruturas da Língua Portuguesa, como da sua proficiência linguística.

Numa segunda etapa, e com base num *corpus* próprio, de cerca de 1000 acrónimos, tentámos proceder a uma sistematização de regras para leitura ou não leitura de siglas, com base em regras já propostas em estudos anteriores, procurando introduzi-las no contexto de ensino-aprendizagem de PLE.

A análise dos resultados permitirá ao professor de PLE detectar as dificuldades específicas dos alunos, de acordo com as suas nacionalidades e, assim, recorrer a estratégias diferenciadas. Por outro lado, ao sistematizar as regras de oralização das *siglae*, pretende-se fomentar uma reflexão consciente, por parte do professor de PLE, acerca do processo de realização oral dos acrónimos, no sentido de desenvolver nos seus alunos uma eficiente aquisição das estruturas linguísticas do Português.

## 1. Experiência com alunos de PLE

Através da procura de sequências de letras maiúsculas no *corpus* não anotado CETEMPúblico<sup>1</sup>, acessível em <http://www.linguateca.pt/CETEMPúblico/>, constituímos um *corpus* com cerca de 100 acrónimos. De uma lista inicial de várias centenas de siglas, foram seleccionadas cerca de 100. Algumas delas foram, intencionalmente, repetidas, no sentido de permitir atestar a consistência das respostas.

Foi pedido a um conjunto de alunos de PLE, de diferentes nacionalidades (Espanhola, Italiana, Francesa, Romena, Búlgara, Checa, Polaca, Russa, Inglesa, Americana, Alemã, Austríaca, Japonesa, Grega e Maltesa), que se pronunciassem acerca do seu modo de oralização. O número de alunos por nacionalidade (Tabela 1.) prende-se com a constituição das turmas de PLE, no 1º semestre do ano lectivo de 2003/04, sendo estas formadas, na sua maioria, por hispanófonos. O questionário foi distribuído a 42 estudantes que frequentavam, nos níveis de Iniciação e Intermédio, o curso anual de PLE, repartido em dois semestres, num total de 120 horas lectivas. O grupo era composto, maioritariamente, por estudantes do programa *Erasmus* e por investigadores na Universidade de Aveiro. Uma vez que este curso é aberto à comunidade, a amostra engloba também alunos com outras profissões, tais como, uma psicóloga, um engenheiro informático e duas operárias fabris.

Para o Português, os próprios autores do artigo funcionaram como anotadores. Apesar do consenso na maioria das notações, surgiram dúvidas relativamente aos acrónimos ING (Internationale Nederlanden Groep) e STA (Supremo Tribunal Administrativo), pelo que foi necessário recorrer a outros falantes nativos.

Começámos por eliminar todos aqueles que, de forma sistemática, revelaram incoerências na abordagem dos acrónimos repetidos. No entanto, foi dada tolerância aos casos de alunos que demonstraram inconsistência de resposta, apenas uma vez. Eliminámos ainda os alunos que manifestavam indecisões, ou seja, aqueles que davam duas respostas distintas relativamente ao processo de oralização do mesmo acrónimo. No que diz respeito a falantes da mesma língua, oriundos de países diferentes, optámos, no caso do Inglês, por manter o aluno com uma média de erro inferior; o aluno cubano foi excluído, por possuímos já uma amostra significativa da Língua Castelhana; por fim, consideraram-se todos os falantes de Alemão, independentemente da sua nacionalidade (Tabela 1.). Desta maneira, dos 43 alunos iniciais mantiveram-se 26.

A maioria das inconsistências verificou-se nas siglas de comprimento dois, nomeadamente TI (Tecnologias da Informação) e AR (Assembleia da República), dois dos acrónimos repetidos no *corpus*, provavelmente por analogia, respectivamente, com o pronome pessoal *ti* e o substantivo *ar*.

**Tabela 1 – Informação sobre a distribuição dos alunos participantes na experiência, mostrando: língua de origem, alunos eliminados por falta de consistência, número de participantes de que foram analisadas as respostas e média de erros de todos os falantes de uma língua.**

Nacionalidades	Total de alunos	Alunos eliminados	<b>Amostra Final</b>	Média de erros
Espanhol	11	4	7	1

---

<sup>1</sup> O CETEMPúblico (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público) é um *corpus* de aproximadamente 180 milhões de palavras em Português Europeu, criado pelo projecto *Processamento Computacional do Português* (projecto que deu origem à Linguateca), após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) Português e o jornal PÚBLICO, em Abril de 2000.

Espanhol (Cuba)	1	0	1	0
Italiano	3	2	1	1.33
Francês	4	2	2	1.5
Romeno	1	0	1	1
Português	1	0	1	1
Maltês	1	1	0	2
Búlgaro	1	0	1	0
Checo	4	3	1	2.5
Polaco	6	3	3	1.33
Inglês	1	0	1	0
Inglês (EUA)	1	0	1	1
Japonês	1	0	1	1
Alemão	2	1	1	2.5
Alemão (Áustria)	3	1	2	2.33
Russo	1	0	1	0
Grego	1	0	1	1
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>----</b>

Os resultados foram processados em Excel, por forma a obtermos uma resposta média para cada língua nativa. Esta foi conseguida, retendo a resposta dada pela maioria. No caso de empate, não considerámos qualquer resposta<sup>2</sup>.

Depois de obtida a resposta média para cada uma das línguas, ficámos, para além do Português, com doze línguas: Espanhol, Francês, Italiano, Romeno, Inglês, Alemão, Grego, Búlgaro, Checo, Polaco, Russo e Japonês.

Para o tratamento dos dados foi usado o programa de análise estatística SPSS, para que se pudessem analisar os casos de divergência nas opções dos estudantes de PLE, relativamente às dos nativos do Português. Neste sentido, foram efectuadas tabelas individuais de concordância, comparando as respostas de falantes nativos de Português e o comportamento médio dos falantes de cada uma das línguas.

Numa primeira análise, foi possível constatar a diferença de comportamento entre as línguas latinas e as línguas geneticamente distintas, podendo, assim, estabelecer, de imediato, dois grandes grupos: um constituído pelas línguas românicas (Espanhol, Francês, Italiano e Romeno) e o outro formado por línguas de origem germânica (Alemão e Inglês), eslava (Checo, Polaco, Búlgaro e Russo), helénica (Grego) e japonesa<sup>3</sup> (Japonês). De facto, verificámos que o processo de realização oral adoptado pelos alunos de nacionalidade espanhola, francesa, italiana e romena coincidia, na maioria dos casos, com a atitude dos falantes nativos do Português, e afastava-se largamente da tendência do grupo de alunos não-latinos.

<sup>2</sup> Para o Francês, foram contabilizadas apenas 68 respostas contra 87 para as restantes línguas. Esta diferença resulta da impossibilidade de obter a resposta média, dado que a amostra incluía apenas dois alunos franceses que, em certos casos, apresentavam soluções antagónicas.

<sup>3</sup> Não há indicações consensuais sobre a origem da língua japonesa. Segundo o que pudemos apurar, a língua japonesa terá origem na linguagem Uralo-Altaica (linguagem pertencente ou relativa aos Montes Urais – Rússia e aos Montes Altai – Ásia Central) e não tem relação com o chinês, apesar de utilizar a sua escrita e muitas das suas palavras (<http://www.geocities.com/sobreojapao>).

Passámos, de seguida, à análise da tabela das concordâncias para podermos observar, caso a caso, ou seja, língua a língua, as situações em que havia consonância ou desacordo em relação ao Português, quanto ao processo oralização das siglas apresentadas.

No que diz respeito às línguas latinas, são quatro os casos de siglas lidas em Português e soletradas nas línguas em questão; as ocorrências de acrónimos soletrados em Português e lidos nas outras línguas românicas sofrem uma ligeira variação, até um máximo de sete casos diferentes: 0 para o Francês, 5 para o Italiano e 7 para o Espanhol e o Romeno. (Figura 3.)

Count		ESPAÑHOL		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	51	7	58
	1	4	24	28
	M	1	0	1
Total		56	31	87

Count		ITALIANO		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	53	5	58
	1	4	24	28
	M	1	0	1
Total		58	29	87

Count		ROMENO		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	51	7	58
	1	4	24	28
	M	1	0	1
Total		56	31	87

Count		FRANCÊS		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	52	0	52
	1	4	11	15
	M	1	0	1
Total		57	11	68

**Figura 3- Tabelas de concordância para falantes nativos de línguas latinas.**

A oralização das siglas em Português parece ser, assim, em muitos aspectos, semelhante à que se observa nas restantes línguas românicas, mas apresenta, naturalmente, algumas divergências significativas que reflectem diferenças de estrutura silábica.

Todos os falantes optaram por soletrar a sigla NBAE que, em Português, é seguramente lida. O mesmo acontece com a sigla PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), de estrutura e tamanho semelhantes à anterior (CCVV), soletrada pelos alunos espanhóis, romenos e italianos. Uma vez que «para que uma determinada sequência segmental possa ser lida, tem de se prestar a uma análise silábica concordante com o conjunto de princípios gerais e com as restrições específicas da língua» (Viana *et alii*, 1994) é plausível admitir a leitura, em Português, dessas duas siglas. De facto, no caso da sigla PNUA, temos duas consoantes (PN) que, embora não constituam um grupo muito habitual, ocorrem, por vezes, no início de palavra (e.g. pneu) e são, indubitavelmente, ataque da sílaba. Relativamente a NBAE (National Basketball Association Entertainment), CC são silabificáveis e a sigla contém um primeiro constituinte vazio (C<sub>0</sub>CVV) que não inibe a sua leitura em Português, já que na língua os núcleos vazios são autorizados, podendo apresentar sílabas cuja vogal não é realizada foneticamente (e.g. neblina [n.bli.nɐ]⁴). Por outro lado, nestes dois acrónimos, bem como em JAE (Junta Autónoma de Estradas), soletrado pelos franceses, as sequências VV finais são interpretadas como ditongos, crescentes ou decrescentes, já que a Língua Portuguesa admite núcleos ramificados.

⁴ Utilizamos o alfabeto SAMPA (<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/portug.htm>).

A sigla STA, soletrada por Espanhóis e Italianos, e a sigla ING, soletrada por todos os alunos latinos, ofereceram dúvidas também aos anotadores do Português. Apresentados estes dois casos a outros falantes nativos, todos se manifestaram a favor da sua leitura. Os alunos não identificaram, na sigla STA, a sequência segmental como “palavra” da língua. Embora, em Português, as duas consoantes iniciais não formem grupo ocorrem em palavras como *stop*, *stresse*, *stock* e *standard*, estrangeirismos já dicionarizados e de larga utilização pelos falantes da língua. Relativamente à sigla ING, e à semelhança de outras siglas com a mesma estrutura (IPJ- Instituto Português da Juventude, ACP- Automóvel Clube de Portugal), esta deveria, de facto, ser soletrada.

Os falantes de Romeno não leram a sigla IGAT (Inspeção-Geral de Administração do Território) que não ofereceu, nas restantes línguas, qualquer tipo de dúvida quanto à sua leitura. No que diz respeito à sigla UEFA (União Europeia de Football Association), não lida apenas pelos franceses, não encontramos explicação para esta divergência.

Inversamente, os falantes estrangeiros preferem ler algumas siglas que, em Português, são indubitavelmente soletradas.

É o caso de muitas siglas de comprimento dois (AR- Assembleia da República, TI- Tecnologias da Informação, UP- Universidade do Porto e EN- Estrada Nacional), lidas pela maioria dos falantes. As duas primeiras são, certamente, reconhecidas como homógrafas de palavras do léxico comum, enquanto UP é facilmente associado à palavra inglesa.

De acordo com os falantes espanhóis, romenos e italianos, a sigla IPE (Investimentos e Participações Empresariais) é lida, ao invés de soletrada. Na verdade, tal como outros acrónimos de estrutura VCV (ONU- Organização das Nações Unidas, ETA- *Euskadi Ta Askatasuna*, IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado), IPE poderia perfeitamente ser lido. No entanto, seja pela frequência de uso, seja para evitar ambiguidade, optamos por soletrá-la.

No que diz respeito ao segundo grupo que inclui línguas como o Inglês, o Alemão, o Russo, o Búlgaro, o Checo, o Polaco, o Grego e o Japonês, a disparidade é bastante grande relativamente ao Português (Figura 4). Assim, a língua checa comporta um maior número de acrónimos lidos (mais 20 do que em Português), logo seguida das línguas búlgara e japonesa (mais 12 e 11 ocorrências, respectivamente). Por sua vez, no Russo, no Japonês e no Inglês é maior o número de acrónimos soletrados relativamente ao Português: mais 24, 22 e 16 ocorrências, respectivamente.

PORTUGUÊS \* INGLÊS Crosstabulation

Count		INGLÊS		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	49	9	58
	1	16	12	28
	M	1	0	1
Total		66	21	87

PORTUGUÊS \* ALEMÃO Crosstabulation

Count		ALEMÃO		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	48	10	58
	1	3	25	28
	M	1	0	1
Total		52	35	87

Count		JAPONÊS		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	47	11	58
	1	22	6	28
	M	1	0	1
Total		70	17	87

Count		RUSSO		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	49	9	58
	1	24	4	28
	M	1	0	1
Total		74	13	87

Count		CHECO		Total
		0	1	
PORTUGUÊS	0	38	20	58
	1	0	28	28
	M	1	0	1
Total		39	48	87

Figura 4 – Tabelas de concordância para uma amostra de línguas não latinas.

É evidente que o nosso conhecimento pouco aprofundado da maioria das línguas constituintes do segundo grupo nos impede de formular motivos seguros e fundamentados para explicar as diferenças verificadas no processo de oralização dos acrónimos.

## 2. Análise de um pequeno corpus

### Corpus

A lista de siglas para análise foi obtida de forma similar à utilizada para a experiência anterior. Para casos de dúvida acerca da classificação da sequência como sigla (por exemplo, um nome próprio em maiúsculas), foi procurada a “palavra” e verificados todos os contextos de ocorrência. Deste processo resultou a eliminação de um número reduzido de sequências. Foi, também, feito um esforço de supressão de siglas repetidas.

Em Excel, a cada uma das siglas foi adicionada, manualmente, pelos autores, informação acerca da oralização em Português. Automaticamente, através de um programa desenvolvido em Tcl, foram acrescentadas outras informações para facilitar a análise (Tabela 2).

**Tabela 2 – Tabela com algumas linhas exemplificativas da informação criada para cada sigla. Manualmente, foi incluída informação acerca do processo de oralização da sigla (coluna Leitura). Automaticamente, foi adicionada informação acerca do comprimento (Comp.), da estrutura (Est.), da existência de vogal ou consoante no início (IN) e fim (FI), da letra no início (LI) e fim (LF), do número de vogais (V), da percentagem de vogais (V%), do número de consoantes (C), de números (N), do número de sequências vogal-consoante (VC), do número de sequências consoante-vogal (CV) e, finalmente, do número de sequências consoante-vogal-consoante (CVC).**

	Sigla	Leitura	Comp.	Est.	I N	FI	L I	L F	V	V%	C	N	VC	CV	CV C
1	PS D	N	3	CCC	C	C	P	D	0	0	3	0	0	0	0
2	TVI	N	3	CCV	C	V	T	I	1	33	2	0	0	1	0
3	SIC	S	3	CVC	C	C	S	C	1	33	2	0	1	1	1

4	PP	N	2	CC	C	C	P	P	0	0	2	0	0	0	0
5	ON U	S	3	VCV	V	V	O	U	2	67	1	0	1	1	0
6	FE D	S	5	CVCV C	C	C	F	R	2	40	3	0	2	2	1

## Resultados

No caso das siglas de comprimento dois (Figura 1), foi possível constatar que são todas soletradas, independentemente da sua estrutura.

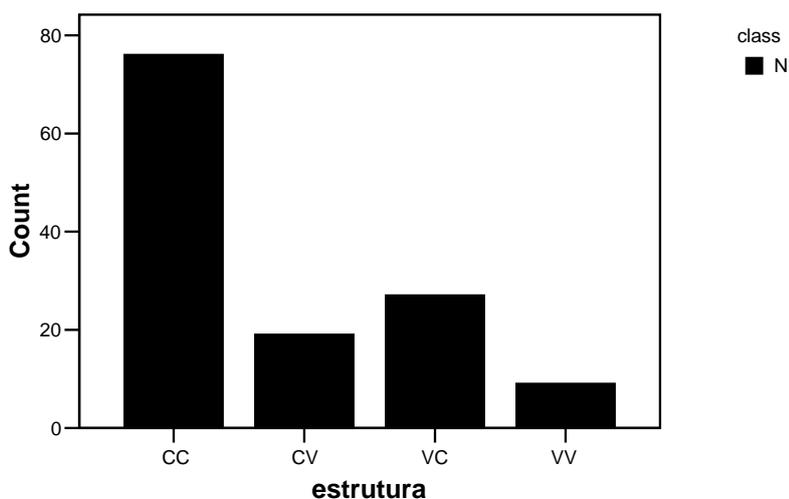


Figura 1 - Distribuição de casos de siglas de comprimento dois.

Os acrónimos de extensão três são, na sua maioria, soletrados, embora o processo de oralização dependa, sobretudo, da sua composição (Figura 2).

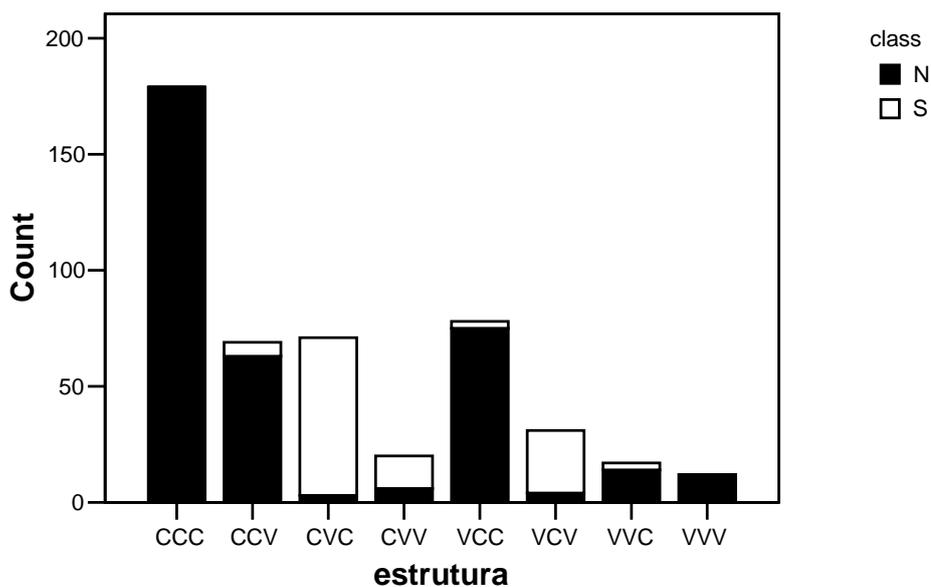


Figura 2 - de casos em que as siglas de comprimento três são lidas (S) e soletradas (N).

Com raríssimas exceções, como HIV, NIH e SOS, as siglas CVC são lidas. Das siglas CVV, apenas são soletradas aquelas em que as duas vogais são idênticas (CEE, BII, FAA, ZEE) e outras como BIE e CEO. É o caso também das siglas VCV, preferencialmente lidas, à exceção de IPO, IPE, UDE e USE. Outros padrões como CCV, VCC e VVC são, na sua maioria, soletrados. São várias as exceções relativas ao primeiro caso: SME, CNE, SPA, FNE, PSI e STA. Também são lidas ING, ESC e ANF, tal como IAC, UIC e IEC.

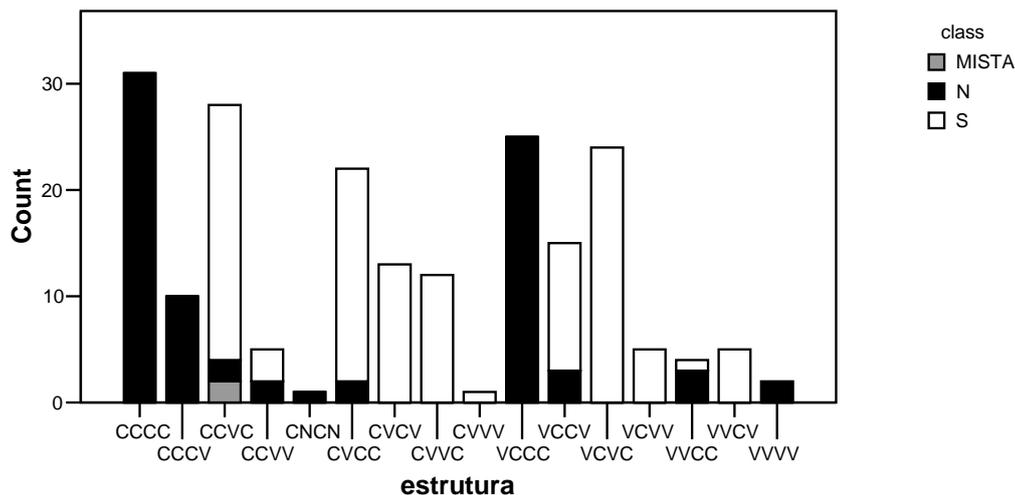


Figura 3 - Distribuição de casos de siglas de comprimento quatro que são lidas (S) e soletradas (N).

O processo de oralização das siglas de comprimento quatro (Figura 3) depende igualmente da sua estrutura. Assim, as siglas CCCC, VVVV, CCCV e VCCC são sempre soletradas; ao contrário, certos padrões como os CVCV, CVVC, VCVC, VCVV e VVCV são sempre lidos. Quanto à estrutura CVVV, apenas possuímos o exemplo da sigla FIAA, também lida. Os acrónimos CCVC têm um comportamento semelhante, com dois casos duvidosos (DGAC e PCUS) e duas siglas mistas (DSIN e CMOS). Com algumas restrições (PSOE e CCOO), os acrónimos de estrutura CCVV são lidos. Também o são as CVCC, salvo TAGV e CIBC. IURD e AIDS são exceções relativamente ao modo de oralização dos acrónimos VVCC, tendencialmente soletrados. A estrutura VCCV admite também algumas exceções à leitura: OSCE, OCDE e APPO. A estrutura CNCN advém da sigla R2D2, em que N representa números.

Quanto aos acrónimos de comprimento cinco (Figura 4) são preferencialmente lidos, desde que contenham pelo menos uma vogal, cuja presença não é, no entanto, condição suficiente para uma escolha adequada do processo de oralização a adoptar. Assim, acrónimos como AMVDN ou PAIGC são soletrados. Casos de siglas com uma letra repetida no início têm também este modo de oralização (CCAMB, CCISP).

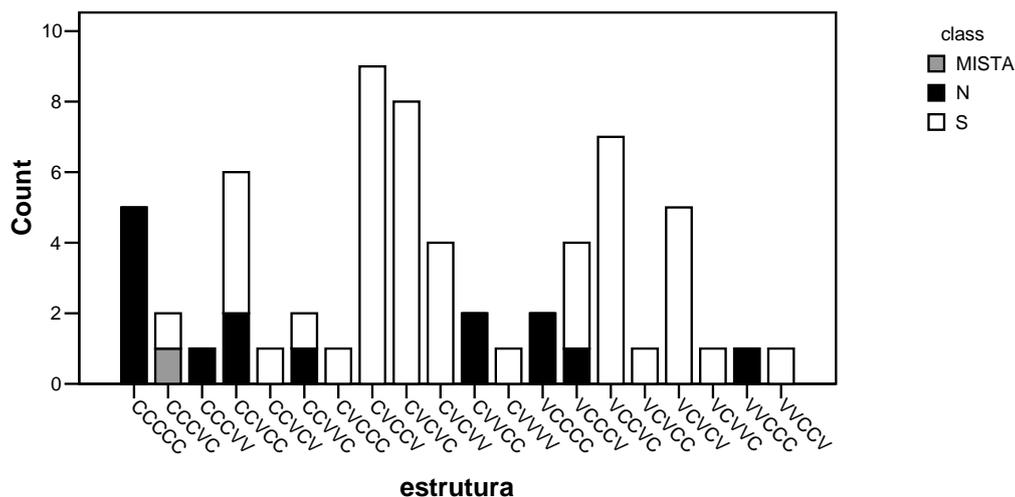


Figura 4 - Distribuição de casos de siglas de comprimento cinco, lidas (S), soletradas (N) e mistas.

Todos os acrónimos com mais de cinco letras (Figura 5 e Figura 6) são preferencialmente lidos ou mistos. As siglas sem vogais são exceção. Destacamos ainda a sigla ACCCIA, passível de ser soletrada.

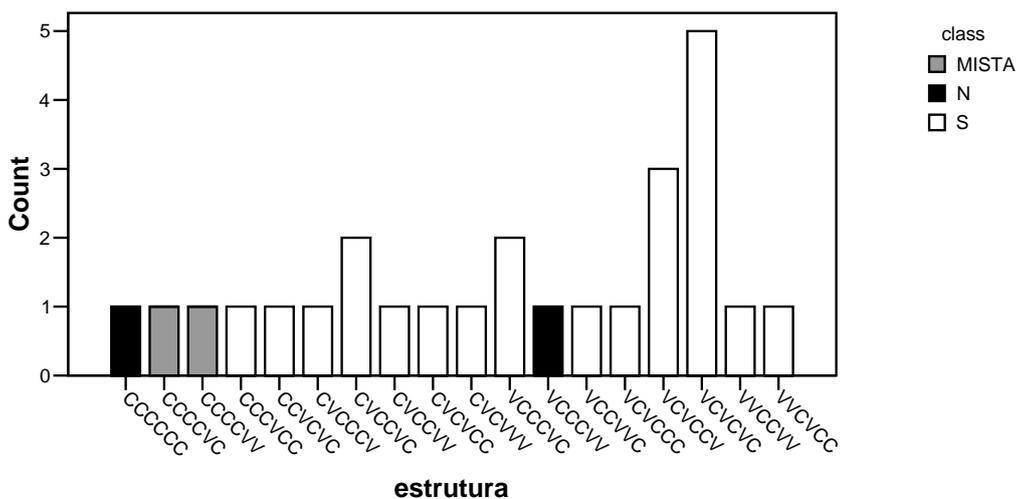


Figura 5 – Distribuição de casos de siglas de comprimento seis, lidas (S), soletradas (N) e mistas.

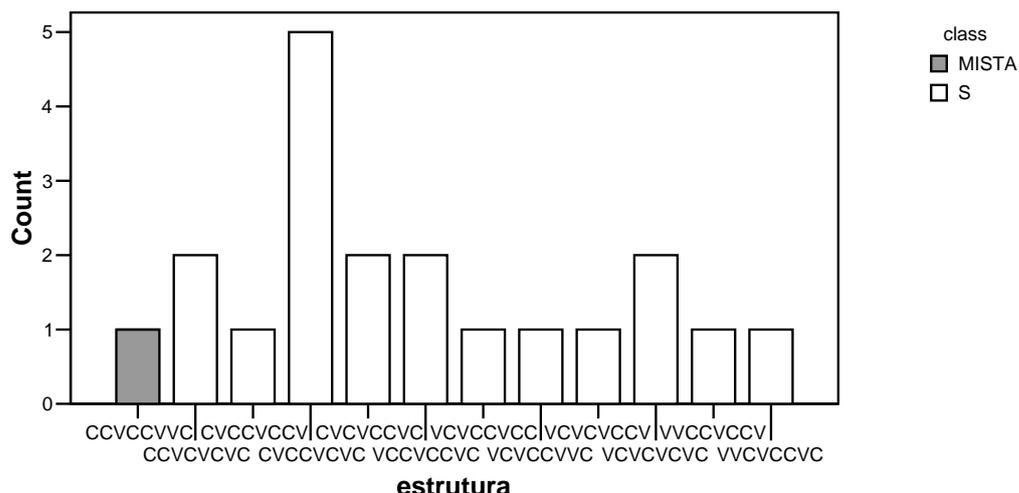


Figura 6 – Distribuição de casos de siglas de comprimento oito, lidas (S) e mistas.

Em termos gerais, verifica-se que a maioria dos falantes do Português opta pela soletração (Figura 7). Uma vez que, no actual *corpus*, predominam as siglas só com consoantes, esta tendência apenas poderá confirmar-se com um *corpus* mais alargado, que assegure um maior equilíbrio na representatividade dos diferentes padrões. Por outro lado, a maior parte das siglas da base de dados são completamente desconhecidas, pelo que subsistem dúvidas acerca da adequação de algumas das pronúncias propostas pelos transcritores. Parece conveniente, por conseguinte, recolher um maior número de siglas de utilização comum, cuja pronúncia corrente seja bem conhecida.

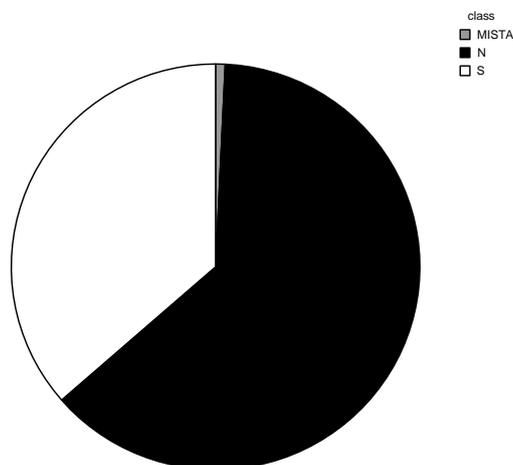


Figura 7 – Tendência geral dos falantes do Português, no que diz respeito ao processo de oralização de acrónimos.

## **Discussão e sistematização dos resultados**

Com base em estudos já efectuados (Viana *et alii*, 1994; Trancoso e Viana, 1997), e de acordo com os dados do nosso *corpus*, foi possível sistematizar algumas regras essenciais que, do nosso ponto de vista, podem ajudar o aprendente na escolha do processo de oralização a adoptar. Por outro lado, o professor de PLE, consciente dos problemas que o pronunciamento de acrónimos encerra e das dificuldades diferenciadas dos alunos, poderá, em primeiro lugar, torná-los conscientes das mesmas. Da mesma maneira, as siglas poderão servir como estratégia no processo ensino/aprendizagem da fonologia, servindo de suporte, por exemplo, à aprendizagem da estrutura da sílaba do Português.

A extensão e a estrutura são factores preponderantes no que diz respeito ao processo de pronúncia dos acrónimos.

1. Relativamente à estrutura, observa-se que a existência exclusiva de vogais ou de consoantes impede a leitura dos acrónimos, independentemente da sua extensão. Assim, são sempre soletrados acrónimos do tipo UA (Universidade de Aveiro), AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica) ou CP (Caminhos de Ferro Portugueses), CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses). Para serem lidos, os acrónimos necessitam de compreender, pelo menos, um grupo CV que corresponde ao tipo silábico mais frequente do Português.
2. No que diz respeito à extensão, são sempre soletrados os acrónimos constituídos por menos de três letras, como, por exemplo, RR (Rádio Renascença), BD (Banda Desenhada) ou PS (Partido Socialista). No mesmo sentido, e de acordo com Trancoso e Viana (1997), são lidos todos os acrónimos com mais de 5 caracteres, desde que possuam uma vogal. Se, no caso do Francês, como é referido pelos autores, a regra não se aplica sistematicamente, também no caso da Língua Portuguesa são vários, no nosso *corpus*, os exemplos de acrónimos não lidos, com tamanho igual ou superior a 5 letras: CNLCS (Comissão Nacional de Luta Contra a Sida), UIPSS (União das Instituições Particulares de Solidariedade Social), ACCCIA (Alto Comissariado Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa).
3. Independentemente da sua extensão, são soletrados todos os acrónimos que incluem uma letra repetida, no início (CCAMB- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, CCO- Centro de Coordenação Operacional).
4. São igualmente soletrados todos os acrónimos com uma única vogal inicial (INCM- Imprensa Nacional-Casa da Moeda e AMVDN- Associação de Municípios do Vale Douro Norte).
5. Os acrónimos formados por 3 ou 4 letras permitem as duas formas de oralização. Relativamente aos acrónimos de 3 letras, são preferencialmente lidos os de estrutura CVC (TAP – Transportes Aéreos Portugueses), CVV (JAE – Junta Autónoma de Estradas, FIA - Federação Internacional de Astronáutica), uma vez que algumas estruturas VV podem ser, em Português, interpretadas como ditongos crescentes ou decrescentes, e VCV (IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado).

A nossa análise permitiu-nos verificar a existência de algumas excepções relativas a estes três padrões. Assim, no que diz respeito à primeira estrutura referida, HIV (Human Immunodeficiency Virus), NIH (National Institutes of Health) e SOS surgem como casos de acrónimos soletrados. Consideramos factor determinante para a não leitura destes acrónimos a presença da consoante «H», em qualquer posição, bem como, noutros casos, a de consoantes ausentes do alfabeto português, à excepção de «K», por

corresponder a um fone desta língua (por exemplo, KIA lê-se [ki6]). O carácter universal do acrónimo SOS impõe a sua soletração. Considerado como um falso acrónimo, SOS não significa, como habitualmente se julga, “Save Our Souls”, “Save Our Ship” ou “Save Our Sailors”, mas deriva de um grupo particular do Código Morse (...---...), instituído devido à sua clareza e facilidade de transmissão<sup>5</sup>.

No caso da estrutura CVV, «apenas são sistematicamente soletradas aquelas [siglas] em que as duas vogais são idênticas, situação que não ocorre no léxico comum» (Viana *et alii*, 1994), de que são exemplos, no nosso *corpus*, CEE (Comunidade Económica Europeia) e FAA (Forças Armadas Angolanas).

Os acrónimos com a estrutura VCV que terminam em «E» são, muitas vezes, soletrados (IPE - Investimentos e Participações do Estado; USE - União dos Sindicatos de Évora), uma vez que esta vogal final pode ser ou não realizada. Por outro lado, e tal como acontece com os acrónimos terminados em «O» (IPO – Instituto Português de Oncologia), a sua leitura é passível de suscitar ambiguidade, não permitindo assim o reconhecimento ortográfico da sigla. Esta explicação não se aplica, contudo, a acrónimos como INE (Instituto Nacional de Estatística) e ESO (Observatório Europeu do Sul).

6. Os acrónimos compostos por 4 letras oferecem problemas na sua oralização quando apresentam as estruturas CCVV, CVCC e VCCV. Embora sejam maioritariamente lidos, surgem várias excepções. No caso da primeira estrutura, PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) e CCOO (Comissões Operárias) são soletrados. Relativamente a PSOE, a sua leitura suscitaria ambiguidade, já que as duas vogais finais poderão formar o ditongo [oj]. Segundo Maria do Céu Viana *et alii* (1994), “as siglas em CVCC, em que CC são obstruintes são em geral soletradas (ex. CEPD), o mesmo não acontecendo quando CC são silabificáveis e a sigla apenas contém um núcleo vazio (ex. SERB, CELT), em posição final absoluta.” Na realidade, siglas com sequências de obstruintes são, por vezes, lidas (CIBC- Canadian Imperial Bank of Commerce e PESC- Política Externa e de Segurança Comum), sendo que não encontramos diferenças no processo de oralização entre os três exemplos referidos pela autora. No nosso *corpus*, a regra aplicar-se-ia somente à sigla TAGV (Teatro Académico de Gil Vicente). Relativamente ao padrão VCCV, destacamos algumas excepções como OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), APPO (Associação Portuguesa de Pesquisa Ovni) e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Muitas destas excepções encontram explicação noutro tipo de factores, que não linguísticos, mas que devem ser tidos em conta no processo de realização oral dos acrónimos. São eles a familiaridade que cada falante nativo tem com a sigla, a consagração de determinados processos de oralização pelo uso continuado da língua e preocupações eufónicas.

### **3. Comentários Finais**

Este trabalho permitiu avaliar o comportamento de alunos estrangeiros, diante da necessidade de oralização de acrónimos. As dificuldades dos estudantes não latinos revelaram-se superiores às dos falantes de línguas com origens diferenciadas, o que poderá estar relacionado com lacunas no conhecimento da estrutura da sílaba do Português. Pensamos, por isso, ser útil avaliar a relação entre as dificuldades apresentadas por estes alunos e o nível de aprendizagem que frequentam. Acreditamos que um conhecimento mais aprofundado da estrutura silábica das diferentes línguas

---

<sup>5</sup> <http://ciberduvidas.sapo.pt/>

envolvidas no estudo permitiria explicar, certamente, algumas das divergências detectadas. No sentido da optimização da pesquisa, seria interessante o alargamento da análise a outras línguas, bem como o registo gravado das realizações dos falantes não nativos.

Foi nosso propósito, numa segunda fase do trabalho, sistematizar, de forma não exaustiva, um conjunto de regras para leitura ou não leitura de siglas, com base em estudos já efectuados e na análise de um pequeno *corpus*. De índole excessivamente técnica, as pesquisas realizadas no âmbito da oralização de acrónimos visam, essencialmente, a obtenção de regras para aplicação em sistemas de síntese de voz a partir de texto (TTS). Foi objectivo do nosso trabalho, para além de fomentar uma reflexão consciente acerca do processo de realização oral dos acrónimos, por parte de alunos e professores de PLE, veicular, de um forma clara e sucinta, algumas informações acerca desta matéria, de outro modo inacessíveis a um público não especializado.

Dada a curta extensão do *corpus* de base, as conclusões apresentadas devem ser lidas com prudência e validadas por pesquisas posteriores. Os principais desafios prendem-se, então, com o alargamento do *corpus*, através da recolha de um maior número de siglas, assegurando um equilíbrio dos diferentes padrões, e aditamento de outras informações acerca da origem da sigla (língua de origem, processo de criação) e do modo de pronúncia das siglas lidas.

Ressalta da análise do *corpus* que as siglas poderão servir de suporte à aprendizagem da estrutura da sílaba do Português. Será possível usar algumas siglas com certas sequências, como exemplos de estruturas silábicas características e diferenciadoras relativamente às línguas nativas de estudantes de PLE.

## Bibliografia

Faria, Isabel Hub *et alii* (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1996.

Mareuil, Philippe Boula de, e Floricic, Franck, «On the pronunciation of acronyms in French and in Italian», *Proceedings Eurospeech*, Aalborg, 2001.

[online em <http://www.elanspeech.com/randd/docs/euro.pdf>]

Mateus, Maria Helena e D'Andrade, Ernesto, «The syllable structure in European Portuguese», *DELTA*. Feb. 1998, vol.14, no.1 [cited 11 February 2004], p.13-32.

[online em <http://www.scielo.br/scielo.php?>]

Percebois, Jacqueline, «Fonctions et vie des sigles et acronyms en contextes de langue anglaise et française de spécialité», in *Meta: Journal des traducteurs*, Les Presses de l'Université de Montréal, vol. 46, num 4, 2001, pp. 627- 645.

[online em <http://www.erudit.org/revue/meta/2001/v46/n4/003821ar.pdf>]

Trancoso, Isabel e Viana M.C., «On the pronunciation mode of acronyms in several european languages», *Proc. EUROSPEECH'97 - 5th European Conference on Speech Communication and Technology*, Greece, September 1997, pp. 573 – 576.

[online em <http://www.l2f.inesc-id.pt/documents/papers/Trancoso97.pdf>]

Viana, M.C, *et alii*, «Ler\_PE: um utensílio para o estudo da ortografia do Português», *Actas do VII da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1991, pp. 474 – 489.

Viana, M.C. *et alii*, «Sobre a pronúncia de nomes próprios, siglas e acrónimos em Português Europeu», *Proc. Congresso Internacional sobre o Português*, Lisboa, Abril, 1994.

Vigário, M. e Falé, Isabel, «A sílaba do Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica», *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1994, pp. 465 – 478.

Walter, Henriette, *A Aventura das Línguas do Ocidente – a sua origem, a sua história, a sua geografia*, Terramar, Lisboa, 1996.

<http://ciberduvidas.sapo.pt/>

<http://fle.asso.free.fr/com/sigle.htm>

<http://www.sf.airnet.ne.jp/~ts/japanise/phoneme.html>

<http://www.ling.lanacs.ac.uk/ling202/week5.htm>

<http://www.geocities.com/sobreojapao>

